ISSN: 2358-8829

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA CRUZ-PB: EXPERIÊNCIAS DE INTERVENÇÃO E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE 2021 A 2025

Virginia Alves Sarmento [1]
Nadi Pereira Alves [2]
Francisco Vinicius Ferreira Gomes [3]
Mateus Lima Vieira [4]

1. INTRODUÇÃO

A garantia do direito à educação pressupõe não apenas o acesso à escola, mas também a criação de condições para a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nessa perspectiva, a educação inclusiva requer o reconhecimento da diversidade humana e a construção de práticas institucionais capazes de responder às diferentes necessidades presentes no cotidiano escolar. Esse compromisso envolve a compreensão dos fatores sociais, psicológicos, familiares e relacionais que podem repercutir nos processos de escolarização, evidenciando a importância de ações articuladas para o enfrentamento das barreiras à inclusão e à aprendizagem.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe sobre os princípios e as garantias da educação no país, enquanto a Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — reafirma o dever de assegurar um sistema educacional inclusivo, orientado pela igualdade de oportunidades e pela eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem. Complementarmente, a Lei nº 13.935/2019 prevê a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, reconhecendo a

[1] Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vivi-sarmento@hotmail.com;
[2] Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, nadipereira10@gmail.com;
[3] Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, viniciusfergomes@hotmail.com ;
[4] Mestre em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vieira.mateus.adm@gmail.com

ISSN: 2358-8829

contribuição desses profissionais para os processos de ensino e aprendizagem e para a participação da comunidade escolar.

Nesse cenário, o trabalho multiprofissional constitui uma estratégia de apoio às instituições de ensino, ao possibilitar a integração de diferentes áreas do conhecimento na análise das demandas escolares e na construção de respostas coletivas. A atuação de profissionais da Psicologia, da Psicopedagogia e do Serviço Social pode contribuir para o fortalecimento do diálogo entre escola e família, o suporte aos profissionais da educação e a articulação com as políticas públicas e os serviços da rede de proteção. Essa intervenção não substitui o trabalho pedagógico nem se restringe ao atendimento de situações individuais, mas busca ampliar a compreensão das necessidades dos estudantes e favorecer ações institucionais comprometidas com a inclusão e a garantia de direitos.

No município de Santa Cruz-PB, a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação foi instituída pela Lei Municipal nº 564/2020 e é composta por profissionais das áreas de Psicologia, Psicopedagogia e Serviço Social. Sua atuação abrange o acompanhamento de estudantes, o suporte técnico às unidades escolares, a aproximação com as famílias e a articulação com a rede de proteção social. A sistematização dessa experiência mostra-se relevante para compreender o desenvolvimento das intervenções, as demandas identificadas e os desafios enfrentados na organização do trabalho multiprofissional, especialmente diante das necessidades de promoção da inclusão escolar e de fortalecimento das condições de permanência, participação e aprendizagem.

Diante disso, este estudo tem como objetivo apresentar e analisar a atuação da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz-PB, no período de 2021 a 2025, destacando as experiências de intervenção, a evolução das ações desenvolvidas e suas contribuições para a promoção da inclusão escolar e a garantia do direito à educação. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter documental, fundamentado na análise de registros institucionais das atividades realizadas pela equipe no período delimitado. A análise contempla atendimentos especializados, escutas qualificadas, visitas institucionais e domiciliares, formações destinadas aos profissionais da educação, encontros com estudantes e familiares e articulações com a rede de proteção social, considerando as particularidades do período investigado, incluindo as adaptações relacionadas à pandemia da COVID-19 e o desenvolvimento posterior de intervenções presenciais.

ISSN: 2358-8829

2. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem predominantemente qualitativa, com utilização de dados quantitativos, desenvolvida por meio de pesquisa documental. Teve como objeto a atuação da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz-PB, instituída pela Lei Municipal nº 564/2020 e composta por profissionais das áreas de Psicologia, Psicopedagogia e Serviço Social. O recorte temporal compreendeu o período de 2021 a 2025, com o propósito de analisar as ações desenvolvidas, as demandas acompanhadas e as mudanças observadas na atuação da equipe ao longo desses cinco anos.

A coleta de dados ocorreu mediante consulta aos registros institucionais referentes às atividades realizadas pela equipe no período investigado. Foram consideradas as informações disponíveis sobre atendimentos individuais e especializados, escutas qualificadas, visitas institucionais e domiciliares, formações com profissionais da educação, encontros com estudantes e familiares e articulações com os serviços da rede de proteção social.

Para organizar as informações, os registros foram sistematizados conforme o ano de realização, a modalidade de intervenção e a natureza das ações, considerando os objetivos da pesquisa e a disponibilidade dos dados documentados. A análise quantitativa baseou-se na contagem e na comparação dos registros de atendimentos e de outras atividades, quando disponíveis, utilizando frequências absolutas e estatística descritiva simples. Na dimensão qualitativa, as informações foram examinadas de forma descritiva e interpretativa, buscando compreender as características das intervenções, as demandas identificadas e as estratégias de atuação desenvolvidas no período.

A interpretação dos dados considerou as particularidades do contexto educacional de cada ano, incluindo as adaptações relacionadas à pandemia da COVID-19, em 2021, e as mudanças na organização das intervenções nos anos subsequentes. Os resultados foram analisados à luz das dimensões da inclusão escolar, da garantia do direito à educação, do acompanhamento dos estudantes e da articulação entre escola, família e rede de proteção. Ressalta-se que os dados expressam as atividades registradas institucionalmente e, portanto, não permitem, isoladamente, estabelecer relações causais entre as intervenções realizadas e os resultados educacionais dos estudantes.

Quanto aos cuidados éticos, foram consideradas a confidencialidade das informações e a preservação da identidade dos estudantes, familiares e demais pessoas mencionadas nos documentos. Na apresentação dos resultados, priorizaram-se informações agregadas, de modo a evitar a exposição de dados pessoais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação como direito social e fundamentos da educação inclusiva

A educação constitui um direito social fundamental e uma condição para o desenvolvimento humano, a participação social e o exercício da cidadania. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto o artigo 206 prevê, entre seus princípios, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 1988).

A efetivação desse direito ultrapassa a garantia de matrícula, pois requer condições que favoreçam a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Nessa perspectiva, a educação inclusiva pressupõe o reconhecimento da diversidade humana e o enfrentamento das barreiras que limitam a participação nas experiências educativas. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reafirma a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, enquanto a Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — assegura um sistema educacional inclusivo e estabelece medidas voltadas à participação e ao desenvolvimento das pessoas com deficiência (BRASIL, 1996; BRASIL, 2015).

Esses marcos normativos fundamentam a compreensão da inclusão escolar como responsabilidade institucional e coletiva, que envolve a organização dos sistemas de ensino, a acessibilidade, a atuação dos profissionais da educação e a construção de estratégias que respondam às necessidades dos estudantes. As barreiras à escolarização não podem ser compreendidas exclusivamente como características individuais, uma vez que também se relacionam às condições institucionais, sociais e pedagógicas em que o processo educativo ocorre.

Nesse contexto, a atuação multiprofissional pode contribuir para ampliar a compreensão das situações que interferem na trajetória escolar, apoiar as unidades de

ensino e favorecer a construção de respostas articuladas às demandas identificadas. A inclusão, portanto, exige o envolvimento dos diferentes atores da comunidade escolar e a adoção de ações que promovam condições efetivas de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

3.2 Trabalho multiprofissional e articulação intersetorial na educação

As demandas presentes na educação básica podem envolver dimensões pedagógicas, sociais, psicológicas e familiares, exigindo respostas que, em determinadas situações, ultrapassam as possibilidades de atuação isolada da escola. Questões relacionadas à vulnerabilidade social, à saúde mental, à deficiência, às dificuldades de aprendizagem, à violência e ao risco de abandono escolar evidenciam a importância do diálogo entre profissionais, instituições e políticas públicas.

Almeida (2007), ao discutir as perspectivas sociocupacionais do Serviço Social na educação, contribui para a reflexão sobre a inserção desse profissional na política educacional. Em consonância com as orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), essa perspectiva permite compreender a educação em sua relação com as demais políticas sociais, considerando que as condições de escolarização também são atravessadas por fatores sociais e institucionais.

No âmbito normativo, a Lei nº 13.935/2019 dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, por meio de equipes multiprofissionais, com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e à participação da comunidade escolar (BRASIL, 2019). Essa legislação constitui uma referência para a organização desses serviços e reforça a importância de sua articulação com as políticas educacionais, respeitadas as atribuições profissionais e as necessidades de cada contexto.

O trabalho multiprofissional pressupõe a contribuição de diferentes áreas do conhecimento para a análise das demandas e o planejamento de intervenções. Já a articulação intersetorial possibilita integrar a atuação da escola aos serviços de outras políticas públicas, como saúde e assistência social, quando as situações acompanhadas requerem respostas compartilhadas. Essas dimensões não se confundem: enquanto a atuação multiprofissional promove o diálogo entre diferentes especialidades, a intersetorialidade envolve a cooperação entre setores e serviços.

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, o trabalho multiprofissional não se limita à soma de atendimentos individuais, mas pode favorecer a construção de estratégias institucionais e coletivas de apoio à comunidade escolar. Sua contribuição depende da articulação entre os profissionais, da clareza quanto às atribuições de cada área e das condições disponíveis para o desenvolvimento contínuo das ações.

Esses fundamentos orientam a análise da experiência da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz-PB, considerando as intervenções documentadas entre 2021 e 2025, as demandas acompanhadas e as estratégias de articulação com escolas, famílias e rede de proteção social. A análise busca compreender as possibilidades e os desafios dessa atuação na promoção da inclusão escolar, sem pressupor que a realização das ações, por si só, comprove efeitos diretos sobre os resultados educacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos registros institucionais de 2021 a 2025 permitiu identificar a evolução dos atendimentos individuais, a diversidade das estratégias de intervenção e a atuação junto a estudantes, famílias, profissionais da educação e serviços da rede de proteção social. Os achados foram organizados em quatro categorias: evolução dos atendimentos; estratégias de intervenção; inclusão escolar e articulação intersetorial; e desafios para o fortalecimento do trabalho multiprofissional.

4.1 Evolução dos atendimentos e ampliação das demandas

A análise da trajetória da equipe multiprofissional entre 2021 e 2025 evidencia um processo de transformação e ampliação de sua atuação, orientado pelas mudanças no contexto educacional e pelas demandas identificadas na rede municipal de ensino.

Em 2021, as intervenções ainda eram atravessadas pelos impactos da pandemia da COVID-19, período em que parte das atividades ocorreu de forma remota. Nesse contexto, destacaram-se as ações voltadas à manutenção dos vínculos escolares, ao acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade e ao desenvolvimento de estratégias de busca ativa. A partir de 2022, com a retomada das atividades presenciais, ampliaram-se as intervenções diretamente nas escolas e junto às famílias, ganhando maior

ISSN: 2358-8829

visibilidade as demandas relacionadas à saúde mental, às dificuldades de aprendizagem e à proteção de crianças e adolescentes.

Entre 2023 e 2025, a atuação da equipe passou a abranger, de forma cada vez mais expressiva, questões relacionadas à inclusão escolar, especialmente aquelas envolvendo estudantes com deficiência, suspeita de deficiência ou transtornos do desenvolvimento. Essa trajetória demonstra a diversificação das demandas acompanhadas e a necessidade de adequar as intervenções às necessidades identificadas no cotidiano escolar.

Um indicador relevante desse processo é a evolução do número de atendimentos individuais registrados pela equipe. Em 2021, foram contabilizados 24 atendimentos; em 2022, 74; em 2023, 70; em 2024, 68; e, em 2025, 135. A comparação entre os anos inicial e final do período revela um acréscimo de 111 atendimentos, correspondente a um aumento aproximado de 462,5%. Desse modo, o quantitativo registrado em 2025 foi cerca de 5,6 vezes superior ao de 2021.

Embora os dados evidenciem a ampliação dos atendimentos registrados, sua interpretação deve considerar as particularidades de cada período, especialmente os efeitos da pandemia e as mudanças na organização das intervenções. Os números, isoladamente, não comprovam aumento proporcional das necessidades dos estudantes nem melhoria direta dos resultados educacionais.

Para além da variação quantitativa, essa evolução permite refletir sobre a diversidade e a complexidade das situações que chegam à escola, bem como sobre a importância de respostas profissionais qualificadas e articuladas. Nessa perspectiva, a sistematização dos registros institucionais constitui um recurso importante para acompanhar a atuação da equipe, identificar demandas recorrentes, organizar os fluxos de atendimento e subsidiar o planejamento de estratégias preventivas.

Essa compreensão dialoga com Almeida (2000), ao considerar que a atuação profissional no campo da educação deve reconhecer as expressões da questão social que atravessam a realidade dos estudantes e de suas famílias. Assim, as dificuldades vivenciadas no contexto escolar não devem ser compreendidas exclusivamente como problemas individuais, mas analisadas em relação às condições sociais e institucionais que influenciam as trajetórias educacionais. Essa perspectiva reforça a importância de uma atuação multiprofissional comprometida com a garantia do direito à educação e com a construção de respostas que considerem a complexidade das demandas presentes na rede municipal de ensino.

ISSN: 2358-8829

4.2 Diversidade das estratégias de intervenção e acompanhamento

Além dos atendimentos individuais, os registros apontam a realização de escutas qualificadas, visitas escolares e domiciliares, reuniões com estudantes e familiares, atividades formativas e articulações com a rede de proteção social. Essa diversidade demonstra que a atuação da equipe abrange diferentes modalidades de acompanhamento e busca compreender as demandas escolares considerando os contextos sociais e familiares dos estudantes.

Dessa forma, as estratégias desenvolvidas podem favorecer o diálogo entre escola, família e serviços públicos, contribuindo para identificar barreiras à escolarização e construir respostas articuladas. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Amaro (2011, 2017) e do CFESS (2013), que fundamentam a atuação profissional na educação sob a perspectiva da garantia de direitos e do enfrentamento das desigualdades sociais. Entretanto, a diversidade de ações, por si só, não comprova sua efetividade, sendo necessário acompanhar os encaminhamentos e a continuidade das intervenções.

4.3 Inclusão escolar e articulação com as famílias e a rede de proteção

Os registros analisados evidenciam a atuação da equipe no acompanhamento de demandas relacionadas à inclusão escolar e à necessidade de diálogo entre estudantes, famílias, unidades de ensino e serviços públicos. Essas ações envolvem orientações, acompanhamento de situações específicas e articulação com outros setores, conforme as necessidades identificadas.

A inclusão escolar pressupõe mais do que o acesso à matrícula: requer condições para a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes, com atenção às barreiras presentes nos contextos pedagógico, institucional e social. Nesse sentido, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 13.935/2019 constituem referências para a compreensão da garantia do direito à educação inclusiva e da contribuição dos serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2015; BRASIL, 2019).
No contexto de Santa Cruz-PB, a composição da equipe por profissionais de Psicologia, Psicopedagogia e Serviço Social possibilita abordar as demandas a partir de diferentes áreas de conhecimento. Essa configuração favorece a construção de análises

complementares e o planejamento de intervenções articuladas, respeitando as atribuições profissionais e as responsabilidades das instituições envolvidas.

O diálogo com as famílias constitui outra dimensão importante, pois pode contribuir para compreender as condições que interferem na frequência, na participação e na trajetória escolar dos estudantes. Essa aproximação deve ocorrer sem atribuir exclusivamente às famílias a responsabilidade pelas dificuldades identificadas, considerando suas condições sociais e as possibilidades de acesso aos serviços públicos.

A articulação com a rede de proteção social, por sua vez, amplia as possibilidades de encaminhamento e acompanhamento das situações que demandam a participação de outras políticas públicas. Sua efetividade requer comunicação institucional adequada, definição de responsabilidades e continuidade dos encaminhamentos, observados o sigilo profissional e a proteção dos dados pessoais. Dessa forma, a atuação multiprofissional pode contribuir para a construção de respostas compartilhadas, sem substituir as atribuições pedagógicas das escolas ou as competências dos demais serviços.

4.4 Desafios e perspectivas para o fortalecimento da atuação multiprofissional

A análise evidencia a importância de fortalecer o planejamento institucional, padronizar os registros, organizar os fluxos de atendimento e ampliar a articulação com as escolas, as famílias e os serviços públicos. Nesse sentido, o aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, com informações sobre as demandas identificadas, as intervenções realizadas e a continuidade dos encaminhamentos, pode subsidiar decisões e qualificar a avaliação do trabalho desenvolvido.

Embora o número de atendimentos constitua um indicador relevante da atuação da equipe, não permite concluir, isoladamente, que houve sobrecarga profissional ou melhoria na aprendizagem, na frequência e na permanência escolar. Essas dimensões exigem dados complementares e análises que considerem a complexidade das situações acompanhadas e as condições de realização das intervenções.

As contribuições de Almeida (2000, 2007), Amaro (2011, 2017) e CFESS (2013) fundamentam a compreensão do trabalho profissional na educação como parte da defesa do direito à escolarização e do enfrentamento das desigualdades sociais. Sob essa perspectiva, o fortalecimento da equipe requer condições adequadas de funcionamento,

formação continuada, definição de procedimentos e avaliação sistemática das ações, articuladas à política educacional e à rede de proteção social.

Em síntese, os registros de 2021 a 2025 evidenciam a ampliação dos atendimentos individuais documentados e a diversidade das estratégias de acompanhamento e articulação desenvolvidas. Os achados permitem reconhecer a relevância institucional da equipe multiprofissional e apontam possibilidades de aprimoramento de sua atuação. A experiência de Santa Cruz-PB contribui, assim, para a reflexão sobre as potencialidades e os desafios do trabalho multiprofissional na educação básica, especialmente na construção de respostas articuladas às demandas escolares e na promoção da inclusão e da garantia do direito à educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo apresentar e analisar a atuação da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz-PB, entre 2021 e 2025, destacando as experiências de intervenção e suas contribuições para a promoção da inclusão escolar e a garantia do direito à educação. A análise documental identificou a ampliação dos atendimentos individuais registrados, de 24 para 135, e a realização de diferentes estratégias junto a estudantes, famílias, profissionais da educação e serviços da rede de proteção social.

Os achados evidenciam a relevância institucional do trabalho multiprofissional para a compreensão das demandas escolares e para a articulação de ações de apoio às unidades de ensino. A experiência também destaca a importância do planejamento, da formação continuada, da qualificação dos registros e da definição de fluxos e responsabilidades para a continuidade das intervenções.

Como limitação, os resultados dependem das informações disponíveis nos registros institucionais e não permitem estabelecer, isoladamente, relações causais entre as ações realizadas e mudanças na aprendizagem ou na permanência escolar. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise com a participação de estudantes, famílias e profissionais, além de acompanhar encaminhamentos, continuidade das intervenções e indicadores relacionados à trajetória escolar.

Conclui-se que fortalecer a atuação multiprofissional requer mais do que ampliar o número de atendimentos: exige consolidar práticas integradas, éticas e contínuas,

comprometidas com a identificação e a superação das barreiras à escolarização. A experiência de Santa Cruz-PB contribui para o debate sobre a organização desses serviços na educação básica, ressaltando a importância de condições institucionais que favoreçam o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação**. Revista Inscrita, Brasília, DF, n. 6, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais.** In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 02 de agosto de 2026.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 de setembro de 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 de setembro de 2026.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 06 de outubro 2026.

ISSN: 2358-8829

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: CFESS, 2013. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO-CFESS.pdf. Acesso em: 02 de outubro 2026.

SANTA CRUZ (PB). Lei Municipal nº 564/2020. **Institui a Equipe Multiprofissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação**. Santa Cruz, PB, 2020.